

AGRICULTURAS SILENCIADAS: BORDENAVE, PAULO FREIRE E A BIODIVERSIDADE INDÍGENA E QUILOMBOLA NO SÉCULO XXI

SILENCED AGRICULTURES: BORDENAVE, FREIRE AND INDIGENOUS
AND QUILOMBOLA BIODIVERSITY IN THE 21ST CENTURY

AGRICULTURAS SILENCIADAS: BORDENAVE, FREIRE Y LA
BIODIVERSIDAD INDÍGENA Y QUILOMBOLA EN EL SIGLO XXI

Carolina Dantas de Figueiredo

■ Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Sociologia pela mesma universidade. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do projeto Maternagem, Mídia e Infância. Realiza pesquisas sobre comunicação, ambientes virtuais e inteligências artificiais.

■ *Doctora en Comunicación Social por la Universidad Federal de Pernambuco y Magíster en Sociología por la misma institución. Profesora del Departamento de Comunicación Social de la Universidad Federal de Pernambuco. Miembro del proyecto Maternidad, Medios e Infancia. Desarrolla investigaciones sobre comunicación, entornos virtuales e inteligencias artificiales.*

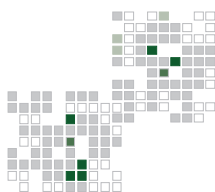
■ E-mail: carolina.figueiredo@ufpe.br

Eduardo Baptista Amorim

■ Jornalista. Fundador do Instituto de Inovação, Comunicação e Pesquisa das Agriculturas Silenciadas (Ás Inovação). Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco com um doutorado sanduíche na Tulane University com bolsa da CAPES-PDSE. Coordenador do projeto Veneno da Mata: Aceleração de processos de Inovação através de diálogos com os mestres das agriculturas indígenas e quilombolas e bolsista de Pós-doutorado desde abril de 2025 através do Programa de Fixação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) do CNPQ.

■ *Periodista. Fundador del Instituto de Innovación, Comunicación e Investigación de las Agriculturas Silenciadas (Ás Innovación). Magíster y Doctor en Comunicación por la Universidad Federal de Pernambuco, con un doctorado en régimen de cotutela en la Tulane University mediante beca CAPES-PDSE. Coordinador del proyecto "Veneno da Mata: Acelerando los procesos de innovación a través de diálogos con maestros de la agricultura indígena y quilombola", y becario postdoctoral desde abril de 2025 a través del Programa de Retención de Recursos Humanos en Áreas Estratégicas (RHAE) del CNPq.*

■ E-mail: eamorim@asinovacao.com



RESUMO

Este artigo discute o legado de Juan Díaz Bordenave, articulando sua obra com a “cultura do silêncio” de Paulo Freire e as perspectivas de povos indígenas e quilombolas. Propõe a categoria “agriculturas silenciadas” para compreender as formas de exclusão histórica de saberes tradicionais e sua relação com a comunicação rural no século XXI. A análise evidencia como modos, meios e gêneros comunicacionais em transição, das rádios comunitárias às plataformas digitais, podem contribuir para enfrentar desafios como mudanças climáticas, desertificação e colonialismo químico, valorizando epistemologias decoloniais e interculturais.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO RURAL; JUAN DÍAZ BORDENAVE; PAULO FREIRE; AGRICULTURAS SILENCIADAS; POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.

ABSTRACT

This article discusses the legacy of Juan Díaz Bordenave, connecting his work with Paulo Freire's "culture of silence" and the perspectives of Indigenous and Quilombola peoples. It proposes the category "silenced agricultures" to understand the historical exclusion of traditional knowledge and their relationship to rural communication in the 21st century. The analysis highlights how communication modes, means, and genres in transition, from community radio stations to digital platforms, can contribute to addressing challenges such as climate change, desertification, and chemical colonialism, valuing decolonial and intercultural epistemologies.

KEYWORDS: RURAL COMMUNICATION; JUAN DÍAZ BORDENAVE; PAULO FREIRE; SILENCED AGRICULTURES; INDIGENOUS AND QUILOMBOLA AGRICULTORES.

RESUMEN

Este artículo analiza el legado de Juan Díaz Bordenave, conectando su obra con la "cultura del silencio" de Paulo Freire y las perspectivas de los pueblos indígenas y quilombolas. Propone la categoría "agriculturas silenciadas" para comprender la exclusión histórica de los conocimientos tradicionales y su relación con la comunicación rural en el siglo XXI. El análisis destaca cómo los modos, medios y géneros de comunicación en transición, desde las radios comunitarias hasta las plataformas digitales, pueden contribuir a abordar desafíos como el cambio climático, la desertificación y el colonialismo químico, valorando las epistemologías decoloniales e interculturales.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN RURAL; JUAN DÍAZ BORDENAVE; PAULO FREIRE; AGRICULTURAS SILENCIADAS; PUEBLOS INDÍGENAS Y QUILOMBOLAS.



1. Introdução

O centenário de nascimento de Juan Díaz Bordenave (1926-2026) abre uma oportunidade ímpar para revisitar os fundamentos da comunicação rural latino-americana. Considerado precursor e inventor deste campo, Bordenave contribuiu decisivamente para a consolidação da área, ao propor uma comunicação comprometida com o desenvolvimento e a participação social.

Ao mesmo tempo, a realidade do século XXI demanda novas lentes analíticas. Inspirados em Paulo Freire e na noção de “cultura do silêncio”, propomos a categoria agriculturas silenciadas, que busca nomear a violência epistêmica sofrida por povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Estes grupos tiveram seus saberes sistematicamente desvalorizados e invisibilizados por projetos de modernização agrícola e pela ciência acadêmica hegemônica.

Paulo Freire, no período em que trabalhou no Chile, elaborou a noção de cultura do silêncio para descrever as formas pelas quais populações marginalizadas eram mantidas em condição de exclusão política e simbólica. Posteriormente, Venício Lima aprofundou esse conceito no Brasil, destacando a relação entre silêncio, democracia e liberdade de expressão.

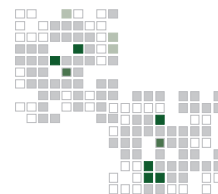
Propomos aqui estender este marco analítico para o campo da comunicação rural, cunhando o termo “agriculturas silenciadas”. A expressão enfatiza que povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais não apenas foram invisibilizados, mas também silenciados em seus modos de produção agrícola e em suas formas próprias de comunicação.

Autores como Walter Steenbock (2021) já apontaram como desde o período colonial os relatos europeus invisibilizam os saberes agrícolas locais. Mais recentemente, Nego Bispo e Davi Kopenawa têm demonstrado a apropriação de conhecimentos ancestrais por discursos hegemônicos, sem o devido reconhecimento ou reparação histórica.

Assim, o conceito de agriculturas silenciadas evidencia uma dupla dimensão: de um lado, a violência histórica contra os saberes tradicionais; de outro, a urgência de recuperar essas vozes como parte da renovação da comunicação rural. Este artigo tem então como objetivo analisar como os aportes de Bordenave e Freire podem dialogar com saberes ancestrais e com as transformações contemporâneas das ruralidades, contribuindo para compreender os modos, meios e gêneros da comunicação rural em transição.

Muito se discute na atualidade a importância de acelerar processos de inovação para enfrentar às mudanças climáticas. Hoje, o Novo Regime Climático obriga diversos setores a perceberem sistemas agrícolas que existiam no passado, como as agroflorestas, admitindo que os conhecimentos populares foram fortemente subjugados à ciência acadêmica. No entanto, muitas dessas formas diferentes de produzir alimentos podem ter deixado apenas rastros e dificilmente são identificadas como saberes tradicionais indígenas ou quilombolas, inclusive na América Latina. Não desvalorizamos aqui a lógica da agricultura camponesa ou a ênfase teórica e prática da agroecologia, apenas pretendemos lembrar que mesmo fora do campo hegemônico também podem ser reproduzidos silêncios e silenciamentos.

Neste sentido, acreditamos que o diálogo entre a comunicação rural de Bordenave e a Cultura do Silêncio, enunciada por Paulo Freire e depois trabalhada em três livros por Venício Lima (indicados a seguir) é uma lacuna fundamental para entendermos como lidar com os saberes das populações tradicionais e acelerar os processos de inovação para enfrentar os problemas atuais, tais como as mudanças climáticas e o preconceito com saberes tradicionais de comunidades como os povos indígenas e quilombolas do Brasil.



Inicialmente, nos inspiramos em um conceito de Walter Steenbock, mas acreditamos que melhor do que tratar de “agriculturas invisíveis”, é importante destacar a violência sofrida pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos marginalizados e adotar o termo “agriculturas silenciadas”. No livro *A Arte de Guardar o Sol* (Steenbock, 2021), o autor resgata o primeiro documento escrito em português no Brasil e afirma que, Pero Vaz de Caminha, já naquela época trazia uma visão que invisibilizava os saberes tradicionais indígenas ao afirmar que não se lavrava, nem criava animais e só se comia “senão desse inhame, que aqui há muito”.

Paulo Freire trata da cultura do silêncio em livros como *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*, mas o momento em que dedicou maior atenção ao tema foi em um relatório escrito para o Icira (Instituto da Reforma Agrária do Chile). Venício Lima teve acesso ao texto original em que Paulo Freire conceitua a Cultura do Silêncio através da tese de John J. Dewitt. Em contato por e-mail com o professor brasileiro, um dos autores deste artigo soube que o original do *Informe de Actividades para el año 1968* foi adquirido na Década de 70 através do University Microfilms International. Com essa informação, em contato com a Latin American Library de Tulane University, o autor obteve uma cópia da tese do escritor americano com os anexos que foi enviada por Rachel Stein, já após a finalização do seu Doutorado Sanduíche e publicou uma tradução em português em sua tese *Cultura do silêncio, narrativas sobre agrotóxicos e as zonas críticas ambientais*¹.

Venício Lima trata de aspectos da cultura do silêncio nos livros: *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire, Cultura do silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da*

liberdade de expressão e A prática da liberdade, para além da alfabetização. Por outro lado, apesar de Juan Diaz Bordenave ter se tornado um defensor da agroecologia a partir dos anos 90, não se considerava um teórico com ideias próprias, mas um bom articulador e divulgador de teorias elaboradas por outros autores. Então, seria difícil adotar uma prática tão avessa à discussão científica tradicional como a que propomos neste artigo, que busca dar voz justamente aos líderes das comunidades quilombolas e dos povos indígenas.

Entendemos aqui que a cultura de cada lugar vai influenciar o quanto silenciemos (ou não) sobre temas que afetam uma certa população. Nossa hipótese é que os trabalhadores e trabalhadoras do agronegócio carregam uma carga da cultura do silêncio. Autores da decolonialidade poderiam tratar desta questão de maneiras distintas, levantando a relação das elites em relação aos povos indígenas, com a população afrodescendente brasileira e até com as comunidades ribeirinhas. Porém, fizemos uma opção por tratar do tema a partir de um autor que foi fortemente influenciado pela linguagem, tradições e populações rurais nordestinas e também dos povos andinos (Paulo Freire). Sobre a cultura do silêncio, Lima afirma:

Freire considerava a superação dela, através da ação cultural para a liberdade – que possibilita a tomada de consciência de mulheres e homens como sujeitos de seu próprio destino, capazes de criar cultura e transformar o mundo – um primeiro passo indispensável para a plena realização humana, vale dizer, para a sua libertação (Lima, 2021, p. 102).

Neste sentido, é importante admitir que o campo da comunicação rural precisa ouvir cada vez mais autores que revolucionaram a área, como o quilombola Nego Bispo. No aniversário

1 Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54352>

Acesso: 24 ago. 2025

de 20 anos do Intervozes, no Teatro Oficina, em São Paulo, pouco antes de falecer em 3 de dezembro de 2023, o autor afirmou que só estava ali porque o cachê pago pelo coletivo lhe permitiria plantar justamente uma roça de mandioca, mas questionava o próprio conceito de agroecologia, já que é uma ciência/filosofia/estratégia que se apropria dos saberes ancestrais e ainda não possui uma fórmula para dar de volta o tanto que o agronegócio está tomando dos povos indígenas e comunidades quilombolas.

2. Cultura do Silêncio e agriculturas silenciadas

A importância de se ouvir as pessoas nos territórios é reforçada pela busca de uma Ação Cultural Libertadora (Britto, 2012, p. 127) por Paulo Freire, que Amorim utiliza como aporte metodológico na tese *Cultura do Silêncio, Narrativas Sobre Agrotóxicos e as Zonas Críticas Ambientais*. Portanto, queremos debater a regeneração dos biomas, as mudanças climáticas, o combate a fenômenos como a desertificação a partir também das reflexões trazidas e das interpretações e discussões realizadas por autores contemporâneos com vivências nos territórios.

Para Bordenave (1985, p. 19):

A comunicação rural, então, é um processo mais amplo que a Informação Agrícola ou a Extensão Rural, visto que a sociedade rural está composta de grupos, associações, empresas e famílias entre as quais existem numerosos e dinâmicos fluxos de comunicação. É através destes fluxos que os problemas comuns são identificados e articulados e muitos deles resolvidos pela população rural sem intervenção alguma do governo.

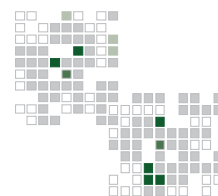
Inspirado em Paulo Freire, Juaz E. Diaz Bordenave defendia que a educação rural deveria ser transformadora, ajudando as comunidades

a analisar criticamente sua realidade e agir coletivamente. Mas nos chama atenção como os conceitos da cultura do silêncio, escrito por Paulo Freire ainda antes do início da Ditadura do Chile, e da comunicação rural podem ser lidos hoje como um aporte importante para autores e defensores do campesinato e da agroecologia, para que não se esqueça de priorizar e legitimar os saberes indígenas e quilombolas, que têm sido roubados pelo agronegócio na América Latina, mas que muitas vezes também não têm o devido tratamento dentro das dinâmicas territoriais e até acadêmicas desses importantes grupos do meio rural brasileiro e do continente.

O processo capitalista de substituição dos cultivos alimentares básicos por commodities, para gerar necessidade para os camponeses de adquirir produtos importados como agrotóxicos, fertilizantes e até sementes geneticamente modificadas, gerou um apagão de décadas. “A área cultivada com mandioca diminuiu 38% nas três últimas décadas: de 1,975 milhão de hectares em 1990 para 1, 213 milhão de hectares em 2019 com destaque para a redução observada no Nordeste”, exemplifica Bombardi (2024, p. 26), citando a mesma planta (tão simbólica da nossa alimentação tradicional) que Nego Bispo acabou plantando em seu roçado antes de falecer prematuramente.

Uma relação do que Paulo Freire defendia no Relatório do ICIRA de 1967 com o que vem sendo tratado como Colonialismo Químico por Larissa Bombardi é bastante enriquecedor:

Para a lógica capitalista – a lógica da maximização do lucro – seria inviável a disputa econômica com sujeitos (essa classe social específica que é o campesinato) que permanecem na terra produzindo mesmo após sucessivos prejuízos econômicos. A permanência do campesinato na terra, entretanto, extrapola a lógica intrínseca



à produção econômica e está vinculada, também, a um conjunto de valores que estruturam seu modo de vida. Entre esses valores, o trabalho familiar é central, assim como todos os elementos que estruturam a ética” (Bombardi, 2024, p. 55).

Neste sentido, é importante admitir que o campo da comunicação rural precisa ouvir autores que revolucionaram a área como o indígena Davi Kopenawa. Só assim, conseguiremos identificar realmente o que são as espécies vegetais e animais tratadas por milênios pelos povos originários brasileiros e pelos africanos trazidos à força da África, porque utilizar a biodiversidade desses povos sem o devido crédito e nos casos devidos pagamentos de royalties me parece configurar mais uma forma de colonialismo. Bombardi encerra seu livro (raro de se encontrar²) dizendo que:

A construção da justiça social, de gênero, racial, ambiental e climática passa pelo rompimento com o patriarcado e com uma agricultura baseada no princípio arquétipo masculino exacerbado: o da reprodutibilidade ilimitada. Trazem, portanto, a agroecologia, a agricultura indígena e camponesa e a reforma agrária como caminho para outro tipo de sociabilidade, de agricultura e de justiça ambiental e social. (Bombardi, p.83, 2024).

Não devemos esquecer ainda a importância da cultura quilombola e dos ribeirinhos neste debate. Afinal, como esquecer que o processo de criação das hidrelétricas do Rio São Francisco diminuiu drasticamente a maior fonte de proteína animal da região (o peixe)? Curiosamente, do ponto de vista cultural, o esquecimento da cultura camponesa já havia sido levantado quando Paulo

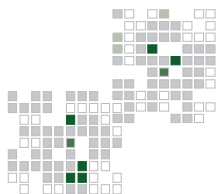
Freire estava como pesquisador do ICIRA, mas Bordenave no seu clássico Comunicação Rural deixa escapar um viés de resolução rápida em relação a diferenças entre o agronegócio e as agriculturas dos povos indígenas bolivianos.

Para ele, se a inovação fosse compatível com os valores da cultura local e com as experiências já vividas com práticas semelhantes ou com culturas parecidas (milho e sorgo, por exemplo), ela seria mais facilmente adotada do que “se contraria as crenças e hábitos locais”. O arado de ferro, por exemplo, foi inicialmente rejeitado pelos camponeses bolivianos indígenas que adoram a terra como a divindade Pacha Mama, pois o ferro do arado fere “a mãe de todos nós”.

Em sua tese, o autor (Amorim, 2023) faz um levantamento da campanha “Agro é POP, Agro é Tech, Agro é tudo”, da TV Globo, e mostra que os saberes agroecológicos e do campesinato eram silenciados pela grande mídia. Porém, quando tratamos dos defensores do campesinato e da agroecologia, como nós, devemos também levar em conta que os saberes dos anciões que viveram antes da chamada Revolução Verde devem ser lembrados, pois só através dos saberes milenares conseguiremos acelerar o enfrentamento a problemas como as mudanças climáticas, desertificação do semiárido ou mesmo a questões fundamentais como a preservação da cultura indígena e quilombola dentro dos seus povos. Assim como na Bolívia, no Brasil também precisamos dar dois passos atrás para redescobrir os conhecimentos ancestrais:

Os xamãs yanomamis não trabalham por dinheiro, como os médicos dos brancos. Trabalham unicamente para o céu ficar no lugar, para podermos caçar, plantar nossas roças e viver com saúde. Nossos maiores não conheciam o dinheiro. Omama não lhes deu nenhuma palavra desse tipo. O dinheiro não nos protege, não enche o

² Editado pela Fundação Heinrich Boll, o livro rapidamente se esgotou.



estômago, não faz nossa alegria. Para os brancos, é diferente. Eles não sabem sonhar com os espíritos como nós. Preferem não saber que o trabalho dos xamãs é proteger a terra, tanto para nós como para eles e os seus (Kopenawa; Albert, p. 217, 2015).

A noção de queda do céu me parece importante por quebrar o modelo capitalista x socialista. Davi Kopenawa e Bruce Albert trazem um outro modelo de pensamento, que é Yanomami e se inspira e respira o ar de diversas etnias da América Latina. Em certo sentido, é importante deixar claro que a imposição de uma Cultura do Silêncio através de táticas como a extensão rural na sua versão mais bruta teve uma utilidade bastante prática nas últimas décadas do nosso continente.

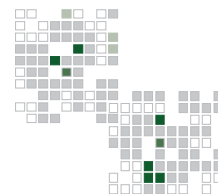
Ao iniciar o texto da tese *Cultura do Silêncio, narrativas sobre agrotóxicos e as zonas críticas ambientais* com um pequeno resgate da purnunça e do modo tradicional de plantio da raiz, buscamos reforçar a importância desse híbrido da maniçoba e da mandioca, considerada a “rainha da Agroflorestra Xukuru”. O reconhecimento dos saberes ancestrais são fundamentais para o desenvolvimento das técnicas contemporâneas de regeneração agrícolas, mas o pouco investimento em estudos sobre as técnicas indígenas e quilombolas de agricultura tradicional pode gerar uma perda cultural, de biodiversidade e até mesmo financeira para as comunidades tradicionais e até mesmo contribuir para a piora acelerada do Novo Regime Climático.

Cabe lembrar que no semiárido, e na zona crítica que tratamos na tese anteriormente citada (Amorim, 2023), isto é Juazeiro e Petrolina, alguns poucos sobrenomes recorrentes costumam se revezar nos postos de decisão (política e econômica), e muitas vezes possuem também outorga de empresas de radiodifusão. Bombardi (2017) ressalta que antes mesmo de

se iniciar a empreitada de desregulamentação em 2019 no Brasil, a utopia indígena-camponesa foi virada ao avesso no Brasil desde o corte do II Plano Nacional de Reforma Agrária, ainda no primeiro Governo Lula. Este momento do rompimento com os movimentos sociais foi, por conseguinte, uma “fotografia” do que viria à frente: consolidação do Brasil como um vasto território de commodities e agroenergia.

A tal ponto que temos a surrealidade do equivalente a 5,5 portugueses ou 16,8 belgas ou 6,4 escociais reduzidas as áreas de cana, soja e eucalipto. Esta miséria sócio-ambiental – geográfica, portanto – a que estão reduzidas estas vastas áreas do país têm redundado em um impacto direto sobre a população e, ressalta-se, não apenas rural do país. Contaminação ambiental, intoxicações, tentativas de suicídios, malformações congênitas e doenças crônicas são a parte menos aparente de um problema que remonta a questão agrária brasileira e aos mecanismos do capital se reproduzir no campo (Bombardi, 2017, p. 60).

Outros autores estabelecem marcos menos recentes para o desaparecimento de narrativas que se contrapõem à do agronegócio no Brasil. Chã lembra de movimentos importantes, como as Ligas Camponesas, e de “Outros movimentos que lutavam pela reforma agrária, ou seja, pelo domínio dos meios de produção”, além de iniciativas de educação e cultura popular, como o próprio Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), coordenado por Paulo Freire, e os Centros Populares de Cultura. “O golpe de 1964 não só acabou objetivamente com esses movimentos como realizou um eficiente trabalho de apagar do imaginário popular a memória dessas experiências que estavam em curso”, considera a autora (Chã, 2018, p.27).



É importante lembrar que os Governos de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva foram momentos de fortalecimento de forças como a bancada ruralista e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que chegou a indicar a sua presidenta para se tornar ministra, a senadora Kátia Abreu. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia* foi utilizado na tese de Amorim como referência do cenário nacional, porém, diante das políticas de desregulamentação incentivadas pelo Congresso Nacional, temos a necessidade de buscar novos dados para avaliar como está a situação, especialmente depois de 2017, quando foi publicado o Atlas.

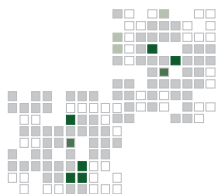
Isso reforça o fato de que o levantamento da professora Larissa Bombardi é um retrato chocante que coloca em imagens uma tragédia anunciada, mas que não se encerra após a posse do presidente Lula em seu terceiro mandato. No primeiro dia de Governo Jair Bolsonaro, no entanto, em um ato simbólico do que viria a ser o desrespeito às instâncias de participação popular e ao princípio da transparência no exercício das gestões públicas, foram extintos o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Neste sentido, é importante refletir que o estado já vinha atuando de forma a subvencionar o capital das empresas que fabricam agrotóxicos. No jogo contraditório de interesses entre, por exemplo, a indústria de agroquímicos e a agricultura capitalista, podemos verificar a atuação do Estado subvencionado por ambos. No Brasil há, por enquanto, redução de 60% do ICMS e isenção total, tanto do PIS/COFINS quanto do IPI, para a produção e comércio de agrotóxicos, como denuncia Bombardi (2017, p. 59). Por outro lado, ainda temos dificuldades de garantir a memória e os estudos que interagem com os saberes das agriculturas indígenas e quilombolas.

A experiência da pandemia do coronavírus deixou um aprendizado que não pode ser desprezado: por mais que o discurso científico tivesse espaço nas redes sociais e nas principais emissoras brasileiras, existia uma narrativa bastante eficiente que colocava em dúvida questões evidentes, como a necessidade de as pessoas se vacinarem ou até mesmo do uso da máscara para diminuir o risco de contágio. Parece necessário, portanto, questionar se é possível ter certeza de que a maioria dos camponeses que estão em risco efetivamente sabem como evitar o contágio pelos diferentes tipos de agrotóxicos, antes da aprovação de novas fórmulas e todas as possíveis reações e doenças causadas pela ação a curto, médio e longo prazo de cada um dos centenas de produtos químicos.

Existe, diante dos fatos a possibilidade desses camponeses serem alvo de discursos negacionistas que minimizem a ação nociva dos agrotóxicos. Neste *hall* de possibilidades, entram inclusive questionamentos negativos sobre os inseticidas biológicos, que são utilizados pelas populações indígenas, quilombolas e por agricultores agroecológicos como a manipueira (líquido que é retirado nas casas de farinha durante o processamento da mandioca e aproveitado como fertilizante e inseticida). A esse respeito cabe irmos além, observando o panorama internacional:

Trump conseguiu fazer o que nem a militância de milhões de ecologistas, nem os alertas de milhões de cientistas, nem a ação de centenas de empresários das indústrias conseguiram, algo para o qual nem mesmo o papa Francisco foi capaz de chamar a atenção: agora todos sabem que a questão climática está no centro de todos os problemas geopolíticos e que está diretamente ligada à questão das injustiças e desigualdades (Latour, 2020, p. 12).



Após a segunda vitória de Trump nas eleições americanas, os meios de comunicação brasileiros ainda têm uma defesa pouco crítica do agronegócio. O fato de programas como o tradicional Globo Rural começarem a abrir espaço para temas como a produção de orgânicos não deixa de ser simbólico de como as forças representativas do agronegócio precisam se adaptar ao novo momento do mundo. Porém, cabe destacar que a visão de Latour (2020) está muito centrada no olhar europeu ou de quem tem acesso a informações de qualidade. É praticamente impossível estudar cada um dos elementos químicos que têm sido comercializados para controle de pragas no Brasil, especialmente levando em conta a velocidade de aprovação de novos produtos. Neste caso, parece necessário entender todas as substâncias que são aplicadas no mercado. Destacamos, no entanto, que diversas outras substâncias devem ser estudadas além dos inseticidas tradicionais, pois o silenciamento neste caso pode efetivamente aumentar o número de mortes.

Em relatório publicado pela Organização Mundial de Saúde em 2015 intitulado IARC Monographs Volume 112: evaluation of 112 organophosphate, insecticides and herbicides esta organização admite que o ingrediente ativo glifosato pode causar câncer em animais tratados em laboratório. Além disso, o relatório indica o glifosato como potencial causador de alterações na estrutura de DNA e nas estruturas cromossômicas das células humanas (Bombardi, 2017, p. 36).

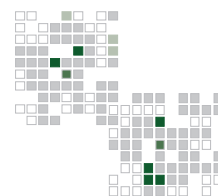
Produto mais vendido no Brasil e no mundo, o glifosato é uma substância reconhecida como cancerígena nos tribunais dos Estados Unidos. Sua utilização causa diversos outros males, inclusive alguns que podem ser mais facilmente

identificados através de mapas e estudos quantitativos, como o realizado por Bombardi. O câncer, apesar de ser um dos mais agressivos efeitos dos agrotóxicos, pode demorar mais de uma década para aparecer, e, por ser multifatorial, é impossível cravar, por exemplo, o número exato de mulheres que adoeceram por câncer de mama causado por uma substância específica, no Brasil, na região do Submédio do Vale do São Francisco ou mesmo em um município como Petrolina.

3. Considerações finais

As ruralidades latino-americanas atravessam, no século XXI, transformações estruturais que impactam diretamente os modos, meios e gêneros da comunicação. A globalização da agricultura, o avanço das monoculturas e o colonialismo químico, denunciados por autoras como Bombardi, coexistem com a emergência de práticas agroecológicas, experiências comunitárias e saberes tradicionais que resistem à lógica dominante. A digitalização também introduz novas dinâmicas: rádios comunitárias em formato online, leilões de gado televisivos, aplicativos de georreferenciamento e a presença cada vez maior das redes sociais em territórios rurais. Esses meios ampliam o alcance da informação, mas igualmente aprofundam desigualdades digitais, reforçando o risco de novas formas de exclusão.

Nesse cenário, a comunicação rural é chamada a se reinventar. Mais do que difundir técnicas ou reforçar modelos unidirecionais de extensão agrícola, o desafio atual é construir processos comunicacionais dialógicos e interculturais, capazes de valorizar epistemologias historicamente silenciadas. É neste ponto que a noção de agriculturas silenciadas se mostra fecunda, ao evidenciar a exclusão sistemática de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, e ao propor a inclusão de seus saberes como parte legítima da produção científica e do debate público.



O legado de Juan Díaz Bordenave, ao lado da pedagogia libertadora de Paulo Freire, continua central para esse esforço. Revisitar suas obras à luz das demandas contemporâneas permite compreender que a comunicação rural deve ser não apenas instrumento técnico, mas também prática política e emancipatória. Honrar o centenário de Bordenave implica atualizar sua visão para um futuro em que a comunicação

seja ponte entre saberes, promotora de justiça social e ambiental, e ferramenta para enfrentar problemas urgentes como mudanças climáticas, desertificação e insegurança alimentar. Somente reconhecendo e integrando as vozes silenciadas será possível transformar modos, meios e gêneros comunicacionais em dispositivos de libertação, e não de exclusão.

Referências:

Amorim, E. B. (2023). *Cultura do silêncio, narrativas sobre agrotóxicos e as zonas críticas ambientais* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco).

Araújo, M. G. de. (2021). *Limolaygo Toype: Território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco).

Bombardi, L. M. (2024). *Agrotóxicos e colonialismo químico*. Editora Elefante; Fundação Heinrich Böll Stiftung.

Bombardi, L. M. (2017). *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. FFLCH-USP.

Bordenave, J. D. (1983). *O que é comunicação rural* (2ª ed.). Brasiliense.

Britto, J. M. de. (2012). *A língua dos três pppês: Poesia, política e pedagogia*. Editora SESC.

Chã, A. M. (2018). *Agronegócio e indústria cultural: Estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. Expressão Popular.

Lima, V. (1981). *Comunicação e cultura: As ideias de Paulo Freire*. Paz e Terra.

Lima, V. (2015). *Cultura do silêncio e democracia no Brasil: Ensaio em defesa da liberdade de expressão*. Editora Universidade de Brasília.

Lima, V. (2021). *Paulo Freire: A prática da liberdade, para além da alfabetização*. Fundação Perseu Abramo; Autêntica.

Steenbock, W. (2021). *A arte de guardar o sol: Padrões da natureza na reconexão entre as florestas, cultivos e gentes*. Bambual Editora.

Artigo enviado em 25/08/2025 e aceito em 18/03/2026.

